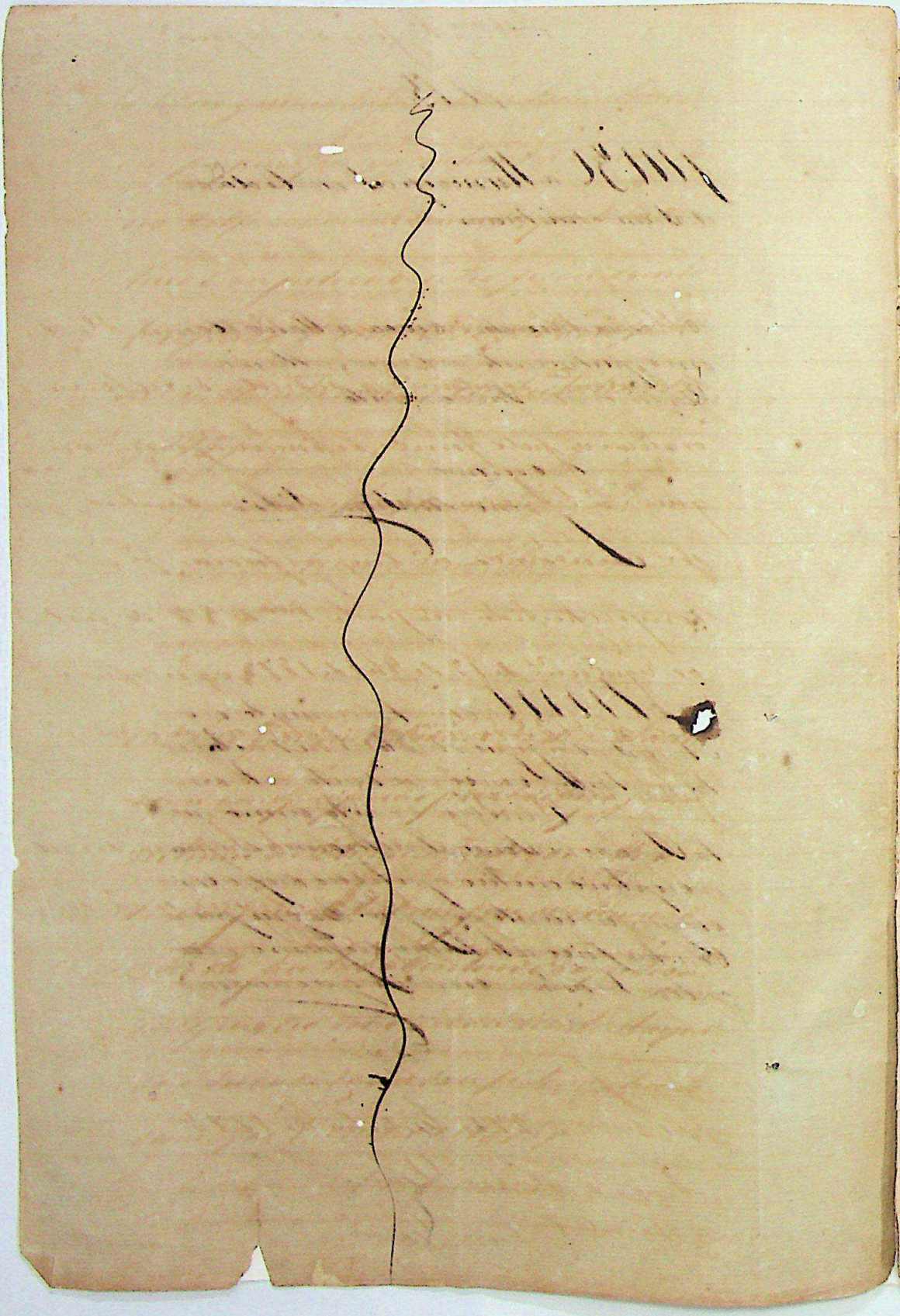
1875

Juizo Municipal da Cidade de Sam Christovam

Justificação da escrava Maria Ra
vros. pertencente a Dona Maria
Delfina do Sacramento

Escrivam
Jozino da Silva Ribeiro

Anno do Nascimento de
Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito cen
tos e setenta e cinco aos vinte dias
do mez de Outubro do dito anno na
Cidade de Sam Christovam em mi
nha Cartorio onde eu Escrivão adiante
do que adeante se segue. Do que para
constar faço este termo. Escrivão da
Silva Ribeiro escrevi e assigno



Illm.o Sr. Juiz de Orfãos 2

Maria Ramos, viuva de D. Manoel Rodrigues
do Sacramento, constante do q.' se trata de orfandade
os menores pelo fim da de mencionada, vem re-
querer a V.S., com licença de sua Senhora, pro-
der em vida da mãe orfandade, E visto
comprehendida na parte 1.º do § 2 do artº 27
do Regulamento de 13 de Nov.º de 1872, ao q.' se refere o de-
creto nº 5135 de 9 de Dezembro f. p.º em seu comp.º hi
juntos documentos; f.º 9 //
Nestes termos P. a V.S. seja servido mandar
se lhes passe a provisão para haver, e legar os ditos
menores na forma requerida
Espera receber Mercê
S. Christovão 27 de
Outubro 1875
Antonio de Moraes Ramos
Thomaz Cardoso Guimarães

Certifico que nesta Cidade de Sam Christovão
e em propria pessoa intimei a Dona Ma-
ria Delfina dos Sacramento, por todo o con-
teudo da petição retro, ficou ciente
Ofereceu e Verdade do que dou fé.
Sam Christovam 27 de Outubro de
1875.

O Escrivam

Josino da Costa Dantas

Certifico que nesta Cidade de Sam Christo-
vam em propria pessoa dei o proprio
intimei ao Administrador da Alfa-
dega de Nossa Senhora Antonio Jose de Almeida
Motta, por todo o Contheudo da petição
e despacho retro, ficou ciente. Offere-
ceu e Verdade do que dou fé. Sam Christo-
vam 29 de Outubro de 1875.

O Escrivam

Josino da Costa Dantas

Requerimento de Audiencia

Audiencia de dia dezoito de Outubro de mil oito centos e setenta e cinco Juiz de Direito Doutor Manoel Gonçalves Civil e Commercial nesta audiencia no Cartorio Civil Comparece o Administrador do Mez de Agosto Antonio Jose de Almeida Motta, e por elle foi dito que por parte do Thesouro Geral se lhe tinha dado uma Lista de Thomaz Jose de Carvalho, afim de citar Cruz da Silva Ramos, Justino Antonio e Maria Delfina de Vasconcellos, e não tendo comparecido a Testemunha da accusada Maria Ramos arrolada deste o Juiz mandou fazer a Termo o Juramento de Jose Fernandes Coutinho e para Escrivão ou Escrivão Juiz o Preguntador deste e dito Administrador que o Preguntasse a Cor pitam Joaquim Ribeiro de Oliveira, e tendo tudo sido feito pelo Juiz a Preguntou as Testemunhas do Juramento. De que para Constar mandou fazer o Juiz Termo este termo de audiencia, em que assignou Juiz e o Administrador. E Jorge dos Santos Silva escrivão Juramentado; E Navarro, Antonio Jose de Almeida Motta. E Logo pelo Juiz foi dito do Termo de audiencia que mandou fazer a Juiz e assignou.

o escrevi. Eu Joaquim da Silva Leite o escrevi e assignei.

Certifico que muito Reverendo Padre Santo Christo Tavares em suas proprias pessoas intimei a vossa mercê Senhor Doutor Juiz de Direito Joaquim Jose de Carvalho, Juiz Municipal e de Orphãos e ao Doutor Promotor Publico Joaquim Pedro de Oliveira para juntos de um tudo do theor do auto de audiencia de hoje ficarem sabendo. Satisfeito o Vigario de que o quer. Santo Christo Tavares 6 de Outubro de 1875

Reconheço
Joaquim da Silva Leite

Juramento

Aos vinte e seis dias do mez de Outubro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e setenta e cinco, nesta Cidade de Santo Christo Tavares, em Caza de Audiencia do Juizo Municipal, onde eu Escrivão do Juizo Municipal e Orphãos abaixo nomeado, e vindo ahi presente o Reverendo

va Louvado no nome de Deos Honorato
José de Carvalho José de Miranda Lo-
bato e o Capitam José Pedro de Oli-
veira, aos quais lhe deferio o juramento
dos Santos Evangelhos em hum livro
delles em que o puzerão suas mãos
direitas, e prometteram de bem e fiel-
mente dizer, dizendo, e lhe encarregou
lhe fizessem inteiramente Lealdade
e Justiça de avaliadores, da Caza
de Maria Ramos, pertencente a Dona
Maria Delfina de Sacramento, Con-
tendo Conta de Capitaens e Tenen-
do feito lhes deito juramento assim
o prometterão de Cumprir de baixo
do juramento que lhes deferio, e
Juiz Louvado Joaquim Soares Navarro
mandou ao Capitam Inspetor mandasse
hum que assignasse por elles, e Lavrado
e que lhe deo fé. Eu José Ferreira
Bastos Escrivão o escrevi
que assignou.

Navarro.

Honorato José de Carvalho.

José Fernandes Coutinho.

José Pedro de Oliveira.

Juntada

Aos vinte mes dias do mes de Outubro de mil oito centos setenta e cinco nesta Cidade de São Luiz Gonzaga e Cartorio do Escrivão Juiz de Direito Comigo Escrivão abaixo nomeado, e assignado, compareceu o Doutor Manoel Ramos, que me fez entrega dos autos retro. Do que para constar fiz este termo. Eu Francisco da Silva Freire escrevente que o escrevi.

Os avaliadores nomeados, cabais
assignados, em cumprimento do Exm.o Juiz de
Orphãos, que tudo isto presenciou, a
que elle juntamente com D. Maria Josefa
nada tem que lançar ao Juramento, que
do juramento, que prestamos em
fiel consciencia, e verdade
a menor da Exm.a Viuva Maria Ra-
mos, pela quantia de oito contos
mil rs. em virtude do Art.o 197 do
Codigo Commercial. S. Christovão
29 de Outubro de 1875.

Thomaz José de Carvalho
José Fernandes da Costa
José Pedro d'Oliveira

Aos vinte e nove dias do mez de
Outubro de mil oito centos e se-
tenta e cinco nesta Cidade de Sam
Christovão, em meu Cartorio
fazendo estes autos Conclusos ao Juiz
Municipal Supplente do Ter-
mo Dr. Victorio Manoel Jose
Ribeiro de Navarro Cogominho
Carneiro fiz este termo Eu Joaquim
Martins Ribeiro escrivão que
o escrivi.

Disse visto os Autos da Carta de Ordem

Juiz. São Cristovão 29 de 8bro 1875.

Autos

Aos vinte nove dias do mez de Outubro de mil oito centos e setenta e cinco, nesta Cidade de São Christovam em meu cartorio me foram entregues estes autos por parte do Juiz Municipal Supplente no exercicio Capitam Manuel José Ribeiro Navarro do que para constar faço este termo. Eu Joaquim da Silva Galvão escrivam que escrevi.

Visto

Hoje neste mesmo dia mez e anno = Faço estes autos conclusos ao Administrador da Alfandega de Rendas Geraes Antonio José de Almeida e Motta. Do que para constar faço este termo. Eu Joaquim da Silva Galvão escrivam que escrevi.

Visto ao Administrador da Alfandega de Rendas Geraes Antonio José de Almeida e Motta

Em Visto do Autos determinado pelos applicadas no mesmo Auto e [illegible] — São Christovão 30

de Outubro de 1875.

José Alves Mello

Data

Aos trinta dias do mez de Outubro de mil oito centos e setenta e cinco nesta Cidade de São Christovão e em meu cartorio compareceo em virtude do Mandado retro o Administrador da Alfandega Senador Antonio José de Mendonça Mattos de que para constar faço este termo. Eu Jovino da Silva Escrevi e assignou que escrivão

Diz

Hoje mesmo dia mez e anno de cima e lugar ja declarados e em meu cartorio faço este autos conclusos ao Juiz Municipal Supplente em exercicio Capitam Manoel Ribeiro Navarro. Do que para constar faço este termo. Eu Jovino da Silva Escrevi e assignou que escrivão

Diz

Vista ao Promotor Publico para accusar. São Christovão 3 de Novembro de 1875. Navarro

Data

Data

Aos hoje dois dias do mez de Novembro de mil oito centos e quarenta e cinco nesta Cidade de Nossa Senhora da Conceição em meu cartorio me foram entregues estes autos por parte do Supplicante o Tenente Coronel Reformado em exercicio de Capitão Manuel José Ribeiro Navarro Duque para correr por elles até final. Eu Joaquim da Silva Serrão o escrevi.

Diz

Aos quatro dias do mez de Novembro de mil oito centos e quarenta e cinco nesta Cidade de Nossa Senhora com meu cartorio para estes autos com o Supplicante e com o Illustrissimo Senhor Doutor Juiz de Direito interino por Sua mercê Francisco José Martins Pinto Junior Duque foram comigo estes autos. Eu Joaquim da Silva Serrão o escrevi.

Diz

Volvem estes autos ao juiz municipal, que decida a materia de jurisdicção orphanologicas e em cujo poder se acha a classificação feita pela respectiva junta para alforria de escra-

vos pelo fundo da emancipação, afim de fazer certo, por modo authentico, que a escrava, de que trata o presente processo, está classificada em numero, que possa ser comprehendida na quota destinada aquelle fim, como é claramente disposto nos artigos 37 e seguinte do Regulamento numero 5135 de 13 de novembro de 1872. O juiz municipal ou o Supplhas não tem arbitrio para inverter a ordem da classificação, como se vê, além dos artigos supra-citados, no § 3 do mesmo Regulamento, a, pois, não deve autorisar arbitramentos taes, que onnerem o fundo da emancipação de custas evitaveis, alvoroçam os naturaes desejos de liberdade com os inconvenientes faceis de imaginar e dão ago à outros, que se evitariam, si o mesmo juiz, como lhe cumpria, logo de

logo fica sabendo certo que as allegações da peticão de folhas duas deveriam de ser feitas produzidas perante a Junta de classificação, unica competente para isso, visto, provimento e, quando mesmo não tivesse em si meios legaes e authenticos de sabel-o, conhecendo, como conhece a peleccionaria de fls 2, quer fazer lembrar-se que ella não póde gosar da preferencia estabelecida no primeiro periodo e paragraphe primeiro do artigo 28 do Regulamento retro-citado.

Uma vez, porem, que fique provado que a peleccionaria está comprehendida, na classificação, na quota designada á alforria, trata-se logo á que de cumprimento disposto no artigo 28 do Regulamento tantas vezes citado e isto tudo feito, volten estes autos.

S. Christovão, 12 de novembro 1845.

Costa Pereira Junior.

Data

Aos trinta dias do mez de Novembro de mil oito centos e quarenta e cinco nesta Cidade

Cidade de Sam Christovam e em meu
cartorio por parte de Doutor Juiz
de Direito interino da Comarca
Francisco José Martins Pinna Junior
me foraõ entregues estes autos.
Do que fiz este Termo. Eu Joaquim da Silva Pereira
Escrivaõ que o escrevi.

Ill.mo

Aos quinze dias do mez de Novembro
de mil oitocentos e setenta e cinco na
Cidade de Sam Christovam em
meu cartorio fiz estes autos
com Audiencia publica
de Audiencia do Capitaõ
Manuel José Barbosa de Oliveira
Juiz Municipal e Supplente
do que fiz este Termo. Eu Joaquim da Silva
Pereira Escrivaõ que o escrevi.

Ill.mo

Rosendo Maria Ramos está classificado
sob n.º 2 da primeira classe de individuos
que vem de ser alistados pelos Jurados em
sua cathegoria e igual numero de sua
classificação mas deve ser removido a inclusão
do qualificando visto que o Supplicante não
é conhecido a quota marcada deve ser
marcada pelo Supplicante julgando não existir
o disposto no Art.º 13 do Regulamento
de 13 de Nov.º de 72, permittido o arbitrio

[illegible] requerido, fundado no Aviso de 13 de Maio do anno passado, em q. o governo determinara que logo depois de proceder-se o arbitramento dos escravos ainda não terminados fosse como acto preparatorio p.a concessão da liberd.e embora ainda não se soubesse da quantia estimada, nem tivesse sido entregue aos juizes dos diversos municipios. Em cumprim.to do despacho def.o no periodo que cita a allegação deste juizo supra no act.o de 28 do Regulam.to já citado no meio curador da escrava Maria Mancebo ao Cap.m José Pedro de Oliveira q. depois de juramentar prestou dita sobre o arbitram.to da indemnisação p.a a alforria da referida escrava. S. Cruz 18 de Dez.bro 1873.

M.el C. Navarro.

Data

Aos dezoito dias do mez de Dezembro de mil oito centos setenta e tres nesta Cidade de Santa Cruz e casas de residencia do Juiz de Direito Dr. Manoel Carneiro da Cunha Peixoto onde eu Escrivão abaixo nomeado fui vindo ahi o Capitão Manoel José Ribeiro Navarro. Do que fiz este termo em que assignou o dito Juiz e mais pessoas presentes. Eu Antonio Gomes da Silva Escrivão o escrevi.

Hoje

Aos Vinte tres dias do mez de Dezembro de mil oito centos e sessenta e cinco nesta Cidade de São Salvador com e em meu cartorio fiz estes autos conclusos ao Meritissimo Doutor Juiz de Direito em Exercicio Francisco Jose Martins Ramos Junior. Augusto Soares Comissario fiz este termo. Eu Joaquim dos Santos Escrevi e Assignei

Conclusos